

**SULIANI ROVER**

**EVIDENCIAÇÃO DO PASSIVO AMBIENTAL: UMA ANÁLISE COMPARATIVA  
DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS APRESENTADAS NO BRASIL E NOS  
ESTADOS UNIDOS**

**FLORIANÓPOLIS  
2006**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**SULIANI ROVER**

**EVIDENCIAÇÃO DO PASSIVO AMBIENTAL: UMA ANÁLISE COMPARATIVA  
DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS APRESENTADAS NO BRASIL E NOS  
ESTADOS UNIDOS**

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof. Dr. José Alonso Borba.

**FLORIANÓPOLIS  
2006**

**SULIANI ROVER**

**EVIDENCIAÇÃO DO PASSIVO AMBIENTAL: UMA ANÁLISE COMPARATIVA  
DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS APRESENTADAS NO BRASIL E NOS  
ESTADOS UNIDOS**

Esta monografia foi apresentada como trabalho de conclusão do curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina, obtendo a nota média de ....., atribuída pela banca examinadora constituída pelos professores abaixo relacionados.

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Elisete Dahmer Pfitscher  
Coordenadora de monografia do CCN

Banca Examinadora:

Orientador:

Prof. Dr. José Alonso Borba  
Departamento de Ciências Contábeis, UFSC

Membro:

Prof. Dr. Hans Michael Van Bellen  
Departamento de Ciências Contábeis, UFSC

Membro:

Prof. Dr. Rogério João Lunkes  
Departamento de Ciências Contábeis, UFSC

Florianópolis, 16 de agosto de 2006.

Dedico este trabalho aos meus pais  
Angelina (in memoriam) e Nelson.

## **AGRADECIMENTOS**

Aos meus pais, Angelina (in memorian) e Nelson, pelo legado de retidão de caráter e valores que conduziram minha educação.

Ao Prof. Dr. José Alonso Borba, por sua orientação e motivação ao longo do trabalho.

Aos meus familiares por todo incentivo e carinho recebido durante esses anos.

Aos colegas e professores do curso de graduação em Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina pelo convívio e aprendizado.

Em especial, ao Eduardo, pelo amor, companheirismo e paciência.

## RESUMO

ROVER, Suliani. Evidenciação do *passivo ambiental: uma análise comparativa das Demonstrações Financeiras apresentadas no Brasil e nos Estados Unidos*. 2006. 54. Monografia (Ciências Contábeis) – Departamento de Ciências Contábeis, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 2006.

O presente estudo teve como objetivo a evidenciação das informações ambientais, principalmente passivos ambientais, nas Demonstrações Financeiras Padronizadas apresentadas à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e divulgadas no Brasil e nos Relatórios 20-F apresentados à *Securities and Exchange Commission* (SEC) e divulgados nos Estados Unidos, referentes ao período de 2002 a 2004. A metodologia utilizada consiste na pesquisa exploratória/descritiva. A coleta dos dados foi bibliográfica e documental e a abordagem do problema qualitativa e quantitativa. Foram realizadas análises de conteúdo nos relatórios das empresas que atuam no Brasil e que negociam *American Depositor Receipts* (ADR's) na *New York Stock Exchange* (NYSE) e que são consideradas com potencial de poluição médio e alto, conforme dispõe a Lei nº 10.165/2000. Os resultados encontrados demonstram que não há um padrão contábil para a evidenciação das informações ambientais. Além disso, percebe-se assimetria informacional entre os relatórios divulgados no Brasil e os relatórios divulgados nos Estados Unidos, o que afeta a qualidade, confiabilidade e a comparabilidade das informações disponibilizadas pelas empresas. Finalmente, constatou-se um gradativo aumento na divulgação das informações ambientais, nas Demonstrações Financeiras Padronizadas e nos Relatórios 20-F, durante o período pesquisado.

**Palavras-chave:** Contabilidade ambiental, Passivos ambientais, Evidenciação.

## ABSTRACT

ROVER, Suliani. *Disclosure the environment liabilities: a comparative analysis of Demonstrations Financeiras exposed in Brazil and in the United States*. 2006. 54. Monografia (Ciências Contábeis) – Departamento de Ciências Contábeis, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 2006.

This study has the objective of disclosure the environmental information, with a focus on environmental liabilities, on the Demonstrações Financeiras Padronizadas given to Comissão de Valores Mobiliários (CVM) exposed in Brazil and on Forms 20-F stated to the Securities and Exchange Commission (SEC) in the United States, about the period around 2002 and 2004. The research's methodology characterizes an exploratory and descriptive study. The procedures used in data collect are bibliographical and documentary, and the problem approach is qualitative and quantitative. It were realized content analysis on the reports of the companies that deal American Depositor Receipts (ADR's) on New York Stock Exchange (NYSE) and that are considered as potential medium and high pollution maker, according to Lei nº 10.165/2000. The results evidence that there isn't an accounting pattern to the disclosure of environmental information. Besides, we notice that there's an information asymmetry between reports stated in Brazil and in the United States, which affects the quality, the credibility and the comparability of the information divulged by the companies. Lastly, it has been realized that there is a constant movement of rising of the divulgation on environmental information stated by the companies during the analyzed period.

**Key words:** Environment accounting, Environment liabilities, Disclosure.

## LISTA DE ABREVIATURAS

ADR - *American Depositor Receipt*

BOVESPA - Bolsas de Valores de São Paulo

BRGAAP – *Brazilian Generally Accounting Accept Principles*

CFC - Conselho Federal de Contabilidade

CVM - Comissão de Valores Mobiliários

DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas

FASB – *Financial Accounting Standards Board*

IBRACON – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil

S.A. - Sociedades Anônimas

SEC - *Securities and Exchange Commission*

NYSE - *New York Stock Exchange*

UNCTAD – *United Nations Conference on Trade an Development*

USGAAP - *United States Generally Accounting Accept Principles*



## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Incentivos e Desincentivos para a evidenciação ambiental.....	21
Quadro 2 – Pesquisas em evidenciação ambiental.....	22
Quadro 3 – Empresas que atuam no Brasil, listadas na NYSE.....	29
Quadro 4 – Empresas que compuseram a amostra da pesquisa.....	30
Quadro 5 – Relação das palavras referentes ao meio ambiente.....	32
Quadro 6 – Evidenciação dos passivos ambientais.....	41
Quadro 7 – Informações sobre a questão ambiental na CSN.....	43
Quadro 8 – Evidenciação do passivo ambiental na CVRD.....	44

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Comparação da evidenciação ambiental no período de 2002 a 2004....	35
Gráfico 2 – Evidenciação ambiental nos Relatórios 20-F de 2002 a 2004.....	36
Gráfico 3 – Evidenciação ambiental nas DFP's no período de 2002 a 2004.....	38

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Número de páginas dos relatórios das empresas de 2002 a 2004.....	34
Tabela 2 - Número de palavras evidenciadas nos relatórios de 2002 a 2004.....	35
Tabela 3 - Número médio de palavras evidenciadas nos Relatórios 20-F.....	37
Tabela 4 - Número médio de palavras evidenciadas nas DFP's.....	39
Tabela 5 - Evidenciação ambiental na Petrobras no período de 2002 a 2004.....	40
Tabela 6 - Quantificação monetária do passivo ambiental na DFP (2004) da CSN..	42

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>12</b>
1.1	CONSIDERAÇÕES INICIAIS	12
1.2	TEMA E PROBLEMA DA PESQUISA	12
1.3	OBJETIVOS	14
1.3.1	Objetivo Geral	14
1.3.2	Objetivos Específicos	14
1.4	JUSTIFICATIVA	14
1.5	ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO	15
<b>2</b>	<b>FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA</b>	<b>17</b>
2.1	CONTEXTUALIZAÇÃO	17
2.2	CONTABILIDADE AMBIENTAL	18
2.3	PESQUISAS SOBRE EVIDENCIAÇÃO AMBIENTAL	20
2.3.1	Pesquisas Brasileiras	20
2.3.2	Pesquisas Internacionais	21
2.4	PASSIVO AMBIENTAL	23
2.4.1	Reconhecimento e Mensuração do Passivo Ambiental	24
<b>3</b>	<b>METODOLOGIA DA PESQUISA</b>	<b>27</b>
3.1	DELINEAMENTO DA PESQUISA	27
3.2	DELINEAMENTO DO UNIVERSO E SELEÇÃO DA AMOSTRA DA PESQUISA	28
3.3	COLETA DOS DADOS	31
3.4	ANÁLISE DOS DADOS	31
3.5	LIMITAÇÕES DA PESQUISA	33
<b>4</b>	<b>DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS</b>	<b>34</b>
4.1	ANÁLISE COMPARATIVA DAS INFORMAÇÕES AMBIENTAIS	34
4.2	ANÁLISE DA EVIDENCIAÇÃO DO PASSIVO AMBIENTAL	41
<b>5</b>	<b>CONCLUSÕES</b>	<b>47</b>
	REFERÊNCIAS	50

# 1 INTRODUÇÃO

## 1.1 Considerações Iniciais

A preocupação com o meio ambiente, principalmente nas últimas décadas, passou a ter repercussão cada vez maior na sociedade.

As empresas e o governo passaram a ser pressionados pela sociedade em relação à questão da preservação ambiental. Além da pressão existente, as empresas perceberam que degradar o meio ambiente significava perder espaço e eficiência no mercado. Assim, as empresas começaram a se adaptar a essa realidade, passando a investir em procedimentos que reduzam os impactos que suas atividades causam ao meio ambiente e a sociedade em geral.

O aumento da preocupação com a degradação ambiental também reflete nas informações divulgadas, já que as empresas devem informar aos usuários sua conduta em relação ao meio ambiente. Desta forma, a contabilidade, ao identificar, mensurar, registrar e interpretar os fatos internos e externos das ações empresariais contribui para o relato e a evidenciação das informações ambientais.

O relato e a tentativa de quantificação das responsabilidades das atividades empresariais são de suma importância. Numa sociedade que se fundamenta na transparência, na responsabilidade social, na governança corporativa e nos atributos da *accountability* (obrigação de se prestar contas dos resultados obtidos, em função das responsabilidades que decorrem de uma delegação) precisa-se conhecer como os passivos ambientais estão sendo evidenciados.

## 1.2 Tema e Problema da Pesquisa

A necessidade de divulgação da variável ambiental é um tema atual e relevante. Além de a empresa poder desenvolver práticas de gestão ambiental através da geração de informações ambientais, a sociedade também vem exigindo

que essas empresas evidenciem os impactos que suas atividades produtivas causam ao meio ambiente.

A empresa tem obrigação de minimizar ou compensar os impactos causados sobre as pessoas ou ao meio ambiente. Nesse sentido, as empresas devem ser responsabilizadas pelos impactos que geram como também divulgá-los para seus diversos *stakeholders* (pessoas e organizações que afetam ou são afetadas por suas atividades).

A contabilidade, em virtude de ser um importante instrumento de comunicação das organizações com a sociedade, encontra-se envolvida nesses questionamentos. Portanto, cabe à contabilidade gerar e divulgar as informações ambientais, nas Demonstrações Contábeis como também nas Demonstrações Adicionais (Balanço Social e Demonstração do Valor Adicionado).

Entretanto, como afirmam Tinoco e Kraemer (2004, p.63):

As questões ambientais, ecológicas e sociais, hoje presentes nos meios de comunicação, vêm fazendo com que os contadores e os gestores empresariais passem a considerá-las nos sistemas de gestão e de contabilidade, dando ensejo ao reconhecimento da Contabilidade Ambiental. Todavia, essa contabilidade é ainda muito pouco utilizada nas empresas, mesmo no contexto mundial.

As empresas que negociam ações nas bolsas de valores demandam uma maior quantidade de informações sobre a sua situação econômico-financeira aos usuários, assim como são amplamente fiscalizadas. No Brasil, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) são exemplos de órgãos regulamentadores e fiscalizadores. Nesse sentido, pressupõe-se que as informações divulgadas pelas empresas com ações negociadas em bolsa representam a melhor prática de evidenciação do mercado.

Levando em consideração que as empresas que atuam no Brasil e que têm ações negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA) e na *New York Stock Exchange* (NYSE) divulgam suas Demonstrações Contábeis sob duas legislações distintas e que os impactos ambientais são os mesmos, o presente estudo buscará responder à seguinte questão: quais as diferenças e semelhanças na evidenciação do passivo ambiental entre as demonstrações contábeis, do período de 2002 a 2004, das companhias que atuam no Brasil submetidas à BOVESPA e à NYSE?

## **1.3 Objetivos**

### **1.3.1 Objetivo Geral**

O objetivo geral desta pesquisa consiste principalmente em identificar as diferenças e semelhanças na evidenciação dos passivos ambientais nas Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFP) apresentadas à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e divulgadas no Brasil e nos Relatórios 20-F apresentados à *Securities and Exchange Commission* (SEC) e divulgados nos Estados Unidos, no período de 2002 a 2004.

### **1.3.2 Objetivos Específicos**

Para atingir o objetivo geral buscam-se os seguintes objetivos específicos:

- evidenciar algumas palavras nas demonstrações contábeis que demonstrem algum aspecto da questão ambiental dentro das empresas submetidas às BOVESPA e à NYSE;
- comparar se houve uma evolução ou uma maior evidenciação das informações ambientais no período de 2002 a 2004;
- identificar a evidenciação do passivo ambiental nas empresas pesquisadas, nas demonstrações contábeis publicadas no Brasil e nos Estados Unidos (BOVESPA e NYSE); e
- comparar a evidenciação do passivo ambiental nas empresas pesquisadas.

## **1.4 Justificativa**

Não é suficiente que uma empresa se afirme socialmente responsável ou ecoeficiente, é preciso que ela evidencie em suas Demonstrações Contábeis as

informações pertinentes ao meio ambiente, como passivos ambientais, investimentos em meio ambiente, impactos ambientais, entre outros.

O fato de uma empresa poluir não é necessariamente suficiente para ela decidir cuidar do meio ambiente. Este fato está vinculado [...] se existem restrições legais para a existência dessa poluição; se essa poluição está causando prejuízos a terceiros que podem solicitar indenizações; se começa a haver restrições de mercado sobre produtos fabricados por ela que poluam o meio ambiente (FERREIRA, 2003, p. 36).

As pressões que perseguem as empresas podem vir de diversos usuários da contabilidade. E como consequência a essas pressões, a empresa começa a gerenciar as questões ambientais.

Os usuários, com destaque os investidores, requerem transparência e confiabilidade nas informações disponibilizadas pelas empresas. Nesse sentido, os usuários das informações contábeis têm o direito de saber a real situação econômica e financeira da empresa, como também, o desempenho social e ambiental.

Devido a grande relevância que o meio ambiente tem ocupado na atualidade e das pressões que vêm ocorrendo sob as empresas em divulgar suas informações ambientais, este estudo procura abordar a questão da evidenciação dos passivos ambientais nas Demonstrações Contábeis.

## **1.5 Organização do Trabalho**

A presente monografia é composta por cinco capítulos, nos quais são abordados a introdução, fundamentação teórica, metodologia, análise dos dados e conclusões do trabalho.

No capítulo que compõe a introdução, foram evidenciados o tema da pesquisa, os objetivos geral e específicos, a justificativa da pesquisa e a organização do trabalho.

No capítulo da fundamentação teórica desenvolvem-se aspectos sobre o estudo, dando suporte a análise dos dados. Foi abordada na fundamentação teórica uma revisão sobre contabilidade ambiental, pesquisas sobre evidenciação ambiental



no âmbito nacional e internacional, conceito, reconhecimento e mensuração do passivo ambiental.

A metodologia do estudo foi composta pelos itens: delineamento da pesquisa, delineamento do universo e seleção da amostra da pesquisa, coleta dos dados, análise dos dados e limitações da pesquisa.

O capítulo sobre a análise dos dados apresenta as análises de conteúdo e comparativa, assim como as interpretações referentes aos dados coletados durante a pesquisa.

No último capítulo do trabalho, a conclusão, são expostos os principais resultados do estudo.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

### 2.1 Contextualização

A Contabilidade surgiu em decorrência da necessidade do proprietário de controlar seu patrimônio. Em sua forma primitiva, a ciência contábil era tão somente um meio de controle, restrita ao registro. Com o passar dos anos, como consequência da complexidade na estrutura social, política, econômica e ambiental, outros agentes passaram a ter interesse pelas informações geradas na Contabilidade: governo, investidores, fornecedores, clientes e organizações não governamentais. Esses grupos têm interesses específicos, muitas vezes antagônicos, que devem ser atendidos, tanto quanto possível, pelas informações emanadas da Contabilidade.

Diante desse quadro, a ciência contábil viu-se envolvida em discussões variadas, como na mensuração de ativos intangíveis, na reavaliação de ativos, nos efeitos de variações de preços ou impactos ambientais, uma vez que os fatos contábeis decorrem de situações reais e exigem meios adequados de evidenciação. Esta, por sua vez, é entendida como a maneira pela qual a informação é apresentada.

Como afirma Lopes de Sá (2002, p. 59), “tudo o que se relaciona com os elementos que são utilizados para suprirem as necessidades das empresas, das instituições, interessa à Contabilidade como matéria de análise sistemática”. As entidades utilizam-se de recursos naturais para suprirem suas necessidades e, portanto, as repercussões ambientais das suas atividades interessam aos *stakeholders* – as pessoas e organizações que afetam ou são afetadas por suas atividades.

Nesse sentido, nas últimas décadas destaca-se uma maior preocupação por parte de *stakeholders* acerca de danos ambientais das empresas, e também uma necessidade de serem informados sobre as práticas ambientais. Deste modo, com o intuito de atender as demandas dos investidores, as empresas devem considerar em seus relatórios financeiros os assuntos ambientais.

Para Tapscott e Ticoll (2005), algumas empresas sempre afirmaram que só devem explicações aos acionistas. Outras como a Johnson & Johnson, com seu credo corporativo da década de 1940, vêm dizendo, há gerações, que os acionistas lucram se a empresa atender às expectativas e necessidades legítimas de seus clientes, distribuidores, fornecedores e funcionários, e das comunidades local e global em que atuam. Ao fazer isso, a empresa tem obrigação de minimizar ou compensar suas 'externalidades' negativas – impactos nocivos sobre as pessoas ou o meio ambiente que resultam de suas atividades.

É amplamente aceito que os efeitos da atividade econômica no meio ambiente devam ser de algum modo medidos e reconhecidos. Em praticamente todos os segmentos do mercado financeiro a atenção a temas ambientais tem crescido ao longo dos últimos anos (LABBAT e WHITE, 2002). De qualquer modo, independente da frequência em congressos científicos e revistas especializadas, a contabilidade ambiental continua com pouca legitimidade no mundo dos negócios (EVERETT, 2003).

## **2.2 Contabilidade Ambiental**

A contabilidade ambiental, segundo o entendimento de Paiva (2001, p. 12), é “a atividade de identificação de dados e registro de eventos ambientais, processamento e geração de informações que subsidiem o usuário servindo como parâmetro em suas tomadas de decisões”. Assim, a contabilidade deve fornecer informações aos usuários que têm interesse na atuação empresarial relacionada com o meio ambiente, contribuindo, desta forma, para a tomada de decisão.

A disponibilidade de informações da contabilidade ambiental auxilia principalmente as decisões de nível interno da empresa, incluindo avaliação de custos e receitas relacionadas ao meio ambiente, gestão de resíduos, avaliação dos indicadores e do desempenho ambiental.

Ribeiro (2005, p.45) destaca que a contabilidade ambiental tem como objetivo “identificar, mensurar e esclarecer os eventos e transações econômico-financeiros que estejam relacionados com a proteção, preservação e recuperação ambiental,

ocorridos em determinado período, visando a evidenciação da situação patrimonial de uma entidade”.

Para Tinoco (2004, p. 166-167), a contabilidade ambiental:

Destaca em particular os gastos e as ações ambientais que decorrem das atividades operacionais das empresas, ao reconhecerem a existência de compromissos com o meio ambiente; aborda, ademais, o tratamento dispensado aos eventos ambientais do processo produtivo, além de focalizar medidas preventivas que contribuam para um reforço de sua imagem perante a opinião pública, e para ajudá-las a evitar problemas legais futuros.

O impacto das atividades da empresa no meio ambiente deve ser evidenciado pela Contabilidade, como é mencionado por Ferreira (2003, p. 108):

A Contabilidade Ambiental não é outra contabilidade; assim, todos os eventos econômicos ou fatos contábeis relativos a ações realizadas pela Entidade que, por consequência, causem impacto ao meio ambiente, devem ser reconhecidos e registrados pelo sistema contábil. Portanto, o Balanço Patrimonial, a Demonstração de Resultado do Exercício e demais informes, as Notas Explicativas e, quando houver, o Balanço Social e Demonstração do Valor Adicionado são as peças contábeis adequadas para evidenciar como essa questão está sendo tratada pela organização.

No estudo desenvolvido pelo *Intergovernmental working Group of Experts on International Standard of Accounting and Reporting* (UNCTAD/ISAR, 1997, p. 6-7) são abordados alguns termos relacionados à contabilidade ambiental:

- **Custos ambientais:** compreendem os custos das medidas adotadas ou que devem ser adotadas, para a gestão ambientalmente responsável dos gastos ambientais das atividades empresariais.
- **Ativos ambientais:** são custos ambientais capitalizados e amortizados em exercícios atuais ou futuros, sempre que satisfazem os critérios para o reconhecimento de ativos.
- **Passivos ambientais:** são obrigações relacionadas com os custos ambientais de uma empresa, que satisfazem os critérios para o reconhecimento como passivos.

A contabilidade ambiental tem como função evidenciar como as empresas estão tratando a questão ambiental destacando assim, custos, ativos e passivos ambientais decorrentes das atividades operacionais das empresas nas demonstrações contábeis.

## 2.3 Pesquisas sobre Evidenciação Ambiental

Assuntos relacionados com práticas de gestão e evidenciação ambientais têm sido pesquisados por vários estudiosos da contabilidade ao longo dos últimos anos, no âmbito nacional e internacional. Assim, optou-se por apresentar alguns exemplos de estudos, que abordam a evidenciação das informações ambientais.

### 2.3.1 Pesquisas Brasileiras

Pesquisas desenvolvidas no Brasil têm revelado o atual estágio da divulgação das informações a respeito do meio ambiente nas Demonstrações Contábeis das empresas.

Monteiro (2006) elaborou um estudo sobre a aplicação do modelo desenvolvido pelo *Intergovernmental working Group of Experts on International Standard of Accounting and Reporting* (UNCTAD/ISAR) nas Demonstrações Contábeis, analisando as Demonstrações Financeiras Padronizadas, Relatórios Ambientais e os Relatórios 20-F, das Sociedades Anônimas (S.A.) brasileiras emissoras de ADR's referentes ao exercício de 2003.

Borba, Rover e Alves (2005) apresentam através da análise de conteúdo a evidenciação das informações ambientais divulgadas pelas empresas brasileiras que possuem ADR nível III e que pertencem a setores considerados, pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, agressivos ao meio ambiente. Outro estudo desenvolvido pelos autores trata da questão da evidenciação e quantificação dos passivos ambientais, nos relatórios de 2003 de oito companhias que atuam no Brasil e negociam ações na Bolsa de Valores dos Estados Unidos.

Tinoco e Kraemer (2004) desenvolveram uma pesquisa apresentando informações sobre o desempenho socioambiental de cinco empresas (Brasil Telecom, Companhia Siderúrgica Paulista (COSIPA), Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST) e Petróleo Brasileiro S.A.).

Ribeiro e Souza (2003) desenvolveram uma pesquisa sobre os impactos

ambientais no patrimônio da Petrobras. De acordo com o resultado do estudo, o provisionamento dos passivos ambientais reduziria o lucro da empresa em 2.932.907, no exercício de 2000, e em 3.886.080, no exercício seguinte (valores em milhares de reais).

Nossa (2002) mostra através de uma análise do conteúdo de relatórios ambientais de empresas do setor de papel e celulose, como está o nível de *disclosure* de informações ambientais. O estudo analisou os relatórios de quarenta e duas (42) das cinquenta (50) maiores empresas, por vendas, do setor de papel e celulose em nível mundial, e oito das dez maiores empresas brasileiras desse setor.

### 2.3.2 Pesquisas Internacionais

Desde os importantes trabalhos de Beaver (1968) e Ball e Brown (1968) a perspectiva dos relatórios financeiros mudou para uma abordagem informacional, com o objetivo de prover informações úteis para os presentes e potenciais investidores e outros usuários.

Solomon e Solomon (2004) listaram alguns incentivos e desincentivos para a evidenciação de informações ambientais, como mostra o Quadro 1.

Incentivos	Desincentivos
➤ Melhorar a imagem da empresa	➤ Custos de evidenciação
➤ Incentivar a venda de seus produtos	➤ Não há obrigação legal
➤ Atrair investimentos	➤ Possibilidade de piorar a reputação da empresa
➤ Lobby político	➤ Fornece informações para os concorrentes

Quadro 1 - Incentivos e Desincentivos para a evidenciação ambiental.

Fonte: Adaptado de Solomon & Solomon (2004).

De uma perspectiva informacional, os relatórios financeiros deveriam prover informações adicionais relevantes como fonte de informações disponíveis (BEAVER, 1998). Desta forma, a evidenciação ambiental nos relatórios financeiros deve ser relevante aos usuários. A questão 'quantidade versus qualidade' é também importante porque em alguns casos estas informações podem ser pouco confiáveis,

como no caso de serem usados como estratégia de marketing. Como resultado os usuários podem ser prejudicados.

De acordo com Cormier e Magnan (2003), a ratificação do protocolo de Kioto deve levar a uma mudança na atitude quanto à relevância da evidência ambiental. Epstein (1996) lista alguns aspectos relevantes que podem afetar os preços das ações e, portanto devem ser evidenciados nos relatórios financeiros:

- Passivos ambientais;
- Custos ambientais;
- Gastos ambientais;
- Identificação de passivos ambientais em uma conta específica no balanço patrimonial.

Devido à sua relevância na construção do conhecimento científico, vários autores têm conduzido pesquisas em temas ambientais em relatórios financeiros. O Quadro 2 apresenta uma breve descrição de alguns dos estudos internacionais desenvolvidos na área.

<b>Pesquisadores</b>	<b>Estudo</b>	<b>Revista</b>
Niskala e Pretes (1995)	Analisaram os relatórios financeiros ambientais em 87 empresas finlandesas entre 1987 e 1992.	Accounting, Organization and Society
Eynon e Stevens (1996)	Examinaram as dimensões éticas e de evidência de passivos ambientais contingentes	Issues in Accounting Education
Deagan, Rankin e Tobin (2002)	Examinaram a evidência ambiental e social, de 1993 a 1997, da BHP Ltda, uma das maiores empresas australianas.	Accounting, Auditing and Accountability
Freedman e Stagliano (2002)	Analisaram a evidência ambiental em empresas que recém haviam entrado no Mercado Americano, numa oferta pública inicial.	Accounting, Auditing and Accountability
Thompson e Cowton (2004)	Conduziram uma pesquisa empírica para explorar a correlação entre empréstimos bancários e demanda de informações ambientais.	The British Accounting Review
Rahaman, Lawrence e Roper (2004)	Utilizaram uma combinação de teoria institucional e legitimidade de Habermas para explicar a evidência ambiental em Volta River Authority.	Critical Perspectives on Accounting
Campbell (2004)	Analisou relatórios anuais do Reino Unido, em empresas de cinco setores entre 1974 e 2000.	The British Accounting Review
Villiers e Staden (2006)	Conduziram uma análise de conteúdo em 140 relatórios financeiros da África do Sul num período de nove anos.	Accounting, Organization and Society

Quadro 2 - Pesquisas em evidência ambiental.  
Fonte: Elaborado pela autora.

Gray, Bebbington e Owen (1999) identificam as mudanças e tendências nas pesquisas de contabilidade ambiental, relatando que fica a critério do pesquisador e dos interesses dos países o rumo do desenvolvimento dos estudos.

Hughes (1997) discute aspectos teóricos sobre evidenciação de passivos ambientais. Deagan (2002) mostra uma visão geral da perspectiva teórica com o objetivo de explicar a escolha gerencial de evidenciar aspectos particulares de informações ambientais e sociais.

Kokubu e Turasaka (2002) examinam a contabilidade ambiental no Japão. Dionne e Spaeter (2003) analisam o efeito do risco ambiental para os bancos. Chiang e Lightbody (2004) discutem aspectos da auditoria ambiental na Nova Zelândia. Herbohn (2005) examina uma experiência de evidenciação usando técnicas desenvolvidas por economistas ambientais.

## **2.4 Passivo Ambiental**

O Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON), de acordo com a Norma e Procedimento de Auditoria NPA 11 – Balanço e Ecologia (2000), conceitua o passivo ambiental “como toda agressão que se praticou/pratica contra o Meio Ambiente e consiste no valor dos investimentos necessários para reabilitá-lo, bem como multas e indenizações em potencial”. Segundo a mesma Norma “uma empresa tem Passivo Ambiental quando ela agride, de algum modo e/ou ação, o Meio Ambiente, e não dispõe de nenhum projeto para sua recuperação, aprovado oficialmente ou de sua própria decisão”.

Segundo Ribeiro e Souza (2003, p. 3):

O passivo ambiental representa o sacrifício de benefícios econômicos que serão realizados para a preservação, recuperação e proteção do meio ambiente de forma a permitir a compatibilidade entre o desenvolvimento econômico e o meio ecológico ou em decorrência de uma conduta inadequada em relação às questões ambientais.

Os passivos ambientais podem surgir da posse ou uso de uma mina, lago, rio ou de uma variedade de espaços que compõem o meio ambiente, e que de alguma



forma estão sendo prejudicados, ou ainda pelo processo de geração de resíduos ou lixos industriais (TINOCO e KRAEMER, 2004).

Tinoco e Kraemer (2004, p.186) afirmam que:

Deve-se relatar que o Passivo Ambiental tornou-se um quesito essencial nas negociações de empresas, não podendo nos dias atuais ser esquecido, pois poderá ser atribuída aos novos proprietários a responsabilidade pelos efeitos nocivos ao meio ambiente provocados pelo processo operacional da companhia ou pela forma como os resíduos poluentes foram tratados.

Assim, o relato e a quantificação dos passivos ambientais são de significativa importância para a identificação da situação econômico-financeira e patrimonial da entidade, não podendo ser ignorados na atualidade.

#### **2.4.1 Reconhecimento e Mensuração do Passivo Ambiental**

Em relação à quantificação dos eventos ambientais, Tinoco e Kraemer (2004, p.168) afirmam que “existem poucos dados quantitativos disponíveis sobre o valor econômico e social total da informação de custos ambientais, já que as empresas, em sua maioria, não os divulgam e muitas não os apuram”. Esses custos ambientais, caso não reconhecidos no momento de seu fato gerador, representarão, no futuro, passivos ambientais não reconhecidos, ou seja, repercutirão negativamente.

Assim, deve-se reconhecer um passivo ambiental quando a empresa tem a obrigação de cobrir um custo ambiental ainda não desembolsado, devendo atender o critério de reconhecimento de passivo.

De acordo com o *Financial Accounting Standards Board* (FASB), citado por Hendriksen e Van Breda (1999, p. 410), passivos são “sacrifícios futuros prováveis de benefícios econômicos resultantes de obrigações presentes de uma entidade no sentido de transferir ativos ou serviços para outras entidades no futuro em consequência de transações e eventos passados”.

A origem de um passivo ambiental pode ser em decorrência de um evento ou uma transação que reflita a interação da organização com o meio ambiente, cujo

sacrifício econômico ocorrerá no futuro. Conforme Ribeiro e Lisboa (2000, p. 3), um passivo ambiental terá origem com:

- aquisição de ativos para contenção dos impactos ambientais;
- aquisição insumos que serão inseridos no processo operacional para que este não produza resíduos tóxicos;
- despesas de manutenção e operação de gestão ambiental;
- gastos para recuperação e tratamento de áreas contaminadas;
- pagamento de multas por infrações ambientais;
- gastos para compensar danos irreversíveis, inclusive os relacionados à tentativa de reduzir o desgaste da imagem da empresa perante a opinião pública, etc.

O passivo ambiental deve ser reconhecido nos relatórios financeiros se é de ocorrência provável e pode ser razoavelmente estimado, existindo vários padrões de contingências que devem ser usados para caracterizar o que seria um evento de ocorrência provável. Se existirem dificuldades para estimar seu valor, deverá ser provisionado um valor estimável, registrando-se os detalhes dessa estimativa em notas explicativas (TINOCO e KRAEMER, 2004, p.184).

Assim, os passivos ambientais devem ser discriminados em notas explicativas às Demonstrações Contábeis, e quando houver uma obrigação relevante, em termos de valor e natureza, contabilizados e evidenciados em conta específica no Balanço Patrimonial (RIBEIRO, 2005).

Tinoco e Kraemer (2004, p.184) relatam que quanto à mensuração do passivo ambiental deve-se considerar:

- custos incrementais diretos que podem ocorrer com a reparação;
- custos dos salários e encargos sociais aos trabalhadores vinculados ao processo de restauração ambiental;
- obrigações de controle após a reparação dos danos ambientais; e
- progresso tecnológico à medida que seja provável que as autoridades públicas recomendem a utilização de novas tecnologias.

A divulgação das informações relativas a custos e passivos ambientais é importante para esclarecer ou explicar a obtenção do resultado, como também das contas do Balanço Patrimonial. Para decidir o que deve ser divulgado é preciso examinar a relevância da informação, levando em consideração a importância quantitativa e do tipo de informação (UNCTAD/ISAR, 1997, p.13).

O *Intergovernmental Working Group of Experts on International Standard of Accounting and Reporting* refere-se também sobre a divulgação de um passivo

ambiental, onde se deve fazer uma breve descrição da natureza do passivo e uma indicação geral da data e das condições para a sua liquidação. Quando houver algum tipo de incerteza, quanto o valor ou a data para sua liquidação, também deverá ser informado (UNCTAD/ISAR, 1997).

### **3 METODOLOGIA DA PESQUISA**

#### **3.1 Delineamento da Pesquisa**

A metodologia utilizada no estudo foi a exploratória/descritiva. Segundo Gil (2002, p. 41) as pesquisas exploratórias “têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses. [...] têm como objetivo principal o aprimoramento de idéias ou a descoberta de intuições”.

As pesquisas descritivas de acordo com Gil (2002, p. 42), “têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre as variáveis. [...] utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados”.

Na definição de Beuren e Raupp (2003, p. 83), “os procedimentos na pesquisa científica referem-se à maneira pela qual se conduz o estudo e, portanto, se obtêm os dados”. No presente estudo foram empregados na coleta de dados os procedimentos de pesquisa bibliográfica e de pesquisa documental.

A pesquisa bibliográfica, de acordo com Silva (2003, p. 60), “explica e discute um tema ou problema com base em referências teóricas já publicadas em livros, revistas, periódicos, artigos científicos”. A principal vantagem da pesquisa bibliográfica está, para Gil (2002, p. 45), “no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente”.

A pesquisa documental, conforme Gil (2002, p. 45), “vale-se de materiais que não receberam ainda tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa”. Beuren e Raupp (2003, p. 89) destacam, ainda, que a notabilidade da pesquisa documental “é justificada no momento em que se podem organizar informações que se encontram dispersas, conferindo-lhes uma nova importância como fonte de consulta”. A escolha desse procedimento para a realização deste trabalho deve-se à necessidade de utilização das Demonstrações Contábeis das empresas.

Quanto à abordagem do problema, a pesquisa se caracteriza como qualitativa e quantitativa. De acordo com Beuren e Raupp (2003, p. 92) “na pesquisa qualitativa concebem-se análises mais profundas em relação ao fenômeno que está sendo estudado”. Já a pesquisa quantitativa, segundo Beuren e Raupp (2003, p. 92) “caracteriza-se pelo emprego de instrumentos estatísticos, tanto na coleta como no tratamento dos dados”. Na pesquisa quantitativa utilizam-se técnicas estatísticas como percentual, média, coeficiente de correlação, análise de regressão, entre outras.

### **3.2 Delineamento do Universo e Seleção da Amostra da Pesquisa**

O universo delimitado nesta pesquisa foi composto pelas S.A. que atuam no Brasil e emitiram *American Depositor Receipts* (ADR's) na Bolsa de Valores de Nova Iorque.

Inicialmente foram identificadas, no *site* da NYSE, quais as empresas que atuam no Brasil. Essas companhias possuem ADR's que são divididos em três níveis de classificação: I, II e III.

As empresas que possuem ADR I não precisam atender às normas contábeis da *Securities and Exchange Commission* (SEC). Por este motivo, as empresas classificadas com nível I de ADR não foram analisadas.

As empresas classificadas com ADR II devem publicar suas demonstrações financeiras de acordo com as normas da SEC, adotando os *United States Generally Accounting Accept Principles* (USGAAP). Embora não possam emitir novos papéis para a captação de recursos, é permitida a negociação em bolsa de valores.

As empresas detentoras de ADR nível III devem atender às exigências da SEC e das bolsas de valores, tendo como objetivo a captação de recursos. Essas empresas também devem prever um programa de divulgação institucional de alta qualidade.

A utilização deste universo se justifica pelo critério de que as S.A. de capital aberto estão obrigadas a divulgar suas DFP's na CVM obedecendo aos Princípios Contábeis Geralmente Aceitos no Brasil (BRGAAP), e as S.A. que emitiram ADR's na NYSE devem publicar suas demonstrações financeiras de acordo com as normas

da SEC, adotando os Princípios Contábeis Geralmente Aceitos dos Estados Unidos. Assim, o propósito deste estudo foi trabalhar com os dois conjuntos de relatórios, a fim de comparar a evidenciação ambiental divulgada pelas empresas em ambos os países.

No ano de 2006, na data de 31 de junho, trinta e duas empresas brasileiras negociavam ações na NYSE. O Quadro 3 apresenta as empresas que atuam no Brasil listadas na NYSE em 2006, e a especificação da atividade principal desenvolvida pela companhia.

<b>Empresas listadas na NYSE</b>	<b>Atividade principal</b>
Ambev - Companhia de Bebidas das Américas	Fabricação de cervejas e refrigerantes
Aracruz Celulose S.A.	Produção de celulose de fibra branqueada de Eucalipto
Banco Bradesco, S.A.	Operações bancárias, inclusive câmbio
Banco Itaú Holding Financeira S.A	Banco múltiplo
Brasil Telecom Participações S.A.	Exploração de serviço telefônico fixo comutado
Brasil Telecom S.A.	Exploração de serviço telefônico fixo comutado
Braskem S.A.	Fabricação de produtos químicos e petroquímicos
Companhia Brasileira de Distribuição	Comércio varejista
Cia Energética de Minas Gerais - CEMIG	Industrialização e comercialização de energia elétrica
Companhia Paranaense de Energia (COPEL)	Geração, transmissão, com. e distribuição de energia
Companhia Siderúrgica Nacional	Fabricação, transf. e comerc. de produtos siderúrgicos
Companhia Vale do Rio Doce (CVRD)	Extração, beneficiamento e comércio de minério de ferro
CPFL Energia S.A.	Gestão de participações societárias (Holdings)
Embraer -Empresa Brasileira de Aeronáutica	Produção de aeronaves
Embratel Participações S.A.	Exerce controle de empresas de telecomunicações
Gerdau S.A.	Metalurgia e siderurgia
Gol Linhas Aéreas Inteligentes S.A.	Gestão de participações societárias
Perdigão S.A.	Industrialização de alimentos
Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras	Prospecção petróleo e gás, refino e atividades de energia
SABESP	Captação, Tratam., Distr. Água; Coleta, Tratam. Esgoto
Sadia S.A.	Industrialização de alimentos
TAM S.A.	Transporte de passageiros e cargas
Tele Norte Celular Participações S.A.	Telefonia móvel celular
Tele Norte Leste Participações S.A.	Exploração dos serviços de telecomunicações
Telebras HOLDRs	Dissolução da sociedade
Telecomunicações de Sao Paulo S/A-Telesp	Exploração de serviços públicos de telecomunicações
Telemig Celular Participações S.A.	Telefonia móvel celular
Tim Participações S.A.	Telefonia móvel celular
Ultrapar Participações S.A.	Industrial, comercial e outras
União de Bancos Brasileiros S.A (Unibanco)	Bancária – banco múltiplo
Vivo Participações S.A.	Telefonia móvel celular
Votorantim Celulose e Papel S.A.	Fabricação de papel e celulose

Quadro 3 – Empresas que atuam no Brasil, listadas na NYSE.

Fonte: Elaborado a partir da NYSE e CVM.

A seleção da amostra foi não-probabilística, por acessibilidade, atendendo aos critérios do anexo VIII da Lei n.º 10.165, de 27 de dezembro de 2000, que aborda sobre a Política Nacional do Meio Ambiente. As empresas selecionadas foram aquelas consideradas com potencial de poluição médio e alto, conforme disposto na Lei. Vale ressaltar que outro estudo, realizado por Monteiro em 2006, abordou o mesmo critério para seleção da amostra das empresas.

As empresas selecionadas foram aquelas que desenvolvem atividades classificadas com potencial de poluição e utilização de recurso ambiental médio ou alto. A pesquisa abrangeu no total quinze (15) empresas, destas, uma do setor de bebidas, duas pertencentes ao setor de papel e celulose, três do setor químico, duas empresas de energia elétrica, duas do setor de produtos alimentares, duas metalúrgicas, uma mineradora, uma indústria de material de transporte e uma empresa de saneamento.

Com relação à classificação da atividade desenvolvida pela empresa com o potencial poluidor e utilização dos recursos naturais, a amostra ficou dividida em: sete empresas com potencial de poluição médio e oito com potencial alto.

No Quadro 4 segue a amostra das empresas que compuseram o estudo, com seus respectivos ramos de atuação e classificação de potencial de poluição.

<b>Empresas</b>	<b>Atividade</b>	<b>Potencial de Poluição</b>
Ambev	Indústria de bebidas	Médio
Aracruz Celulose	Indústria de papel e celulose	Alto
Braskem	Indústria química	Alto
CEMIG	Energia Elétrica	Médio
COPEL	Energia Elétrica	Médio
Companhia Siderúrgica Nacional	Indústria Metalúrgica e Siderúrgica	Alto
Companhia Vale do Rio Doce	Extração e tratamento de minerais	Alto
Embraer	Produção de aeronaves	Médio
Gerdau	Indústria Metalúrgica	Alto
Perdigão	Indústria de produtos alimentares	Médio
Petrobras	Indústria química	Alto
SABESP	Saneamento	Médio
Sadia	Indústria de produtos alimentares	Médio
Ultrapar	Produtos químicos	Alto
Votorantim Celulose e Papel	Indústria de papel e celulose	Alto

Quadro 4 – Empresas que compuseram a amostra da pesquisa.

Fonte: Dados obtidos no site da CVM e no anexo VIII da Lei nº10.165/2000.

Assim, as empresas analisadas foram: AMBEV - Companhia de Bebidas das Américas, Aracruz Celulose S.A., Braskem S.A., Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG), Companhia Paranaense de Energia (COPEL), Companhia

Siderúrgica Nacional, Companhia Vale do Rio Doce S.A., Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A. (Embraer), Gerdau S.A., Perdigão S.A., Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras), SABESP - Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo, Sadia S.A., Ultrapar Participações S.A. e Votorantim Celulose e Papel S.A..

### **3.3 Coleta dos Dados**

Foram utilizados as DFP's apresentadas à CVM e divulgadas no Brasil e os Relatórios 20-F apresentados à SEC e divulgados nos Estados Unidos, referentes aos exercícios financeiros de 2002, 2003 e 2004. O acesso às Demonstrações Contábeis foi por meio da *internet*, com a consulta nos *sítes* das empresas.

As Demonstrações Financeiras Padronizadas contêm informações sobre a empresa, Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos, Relatório da Administração, Notas Explicativas, Parecer dos Auditores Independentes e descrição das informações alteradas.

O Formulário 20-F abrange informações específicas sobre a empresa, análise das perspectivas operacionais e financeiras, dados sobre conselheiros, administradores e empregados, demonstrações financeiras consolidadas e demais informações financeiras, notas explicativas, atos constitutivos, estatuto social, divulgações de informações quantitativas e qualitativas sobre risco de mercado (TINOCO e KRAEMER, 2004).

### **3.4 Análise dos Dados**

Para diagnosticar como está ocorrendo a evidenciação ambiental nas empresas, optou-se pela análise de conteúdo das Demonstrações Contábeis.

De acordo com Nossa (2002, p. 172), "a análise de conteúdo é uma das várias técnicas que pode ser utilizada na análise de textos". Bardin (2004, p. 37), a define como:



Um conjunto de técnicas de análise das comunicações, visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

Optou-se, como unidade de registro, pela utilização de palavras para a codificação e quantificação da evidenciação. Para a realização da análise de conteúdo procedeu-se a contagem das palavras relacionadas à questão ambiental nas DFP's submetidas às normas da CVM e nos Formulários 20-F submetidos às normas da SEC, do período de 2002 a 2004, das empresas brasileiras listadas na NYSE que possuem potencial de poluição médio e alto.

O quadro 5 apresenta a relação das palavras evidenciadas nas DFP's e nos Formulários 20-F.

Meio Ambiente/Ambiental	Desenvolvimento Sustentável
Investimento Ambiental	Recursos Naturais
Gestão Ambiental	Emissão de Poluentes
Política Ambiental	Impacto Ambiental
Responsabilidade Ambiental	Riscos Ambientais
Educação Ambiental	Passivos Ambientais
Preservação Ambiental	Provisões Ambientais
Proteção Ambiental	Contingências Ambientais
ISO 14.001	Custos Ambientais
Legislação Ambiental	Danos Ambientais

Quadro 5 – Relação das palavras referentes ao meio ambiente.

Fonte: Borba e Nazário, 2003.

Eventualmente, foram encontradas algumas variações das expressões citadas anteriormente. Todavia, também foram consideradas na análise dos dados. Estão incluídas na análise as expressões em número diferente daquelas que foram destacadas, como exemplo 'ambiental' e 'ambientais'.

Conforme é destacado por Nossa e Carvalho (2003), a análise de conteúdo é pouco utilizada nas pesquisas contábeis de maneira geral, mas é fácil encontrar na literatura de contabilidade ambiental pesquisas que buscaram examinar e medir o *disclosure* ambiental e social e que se utilizaram dessa técnica.

Neste sentido, com base nas várias pesquisas que abordaram o *disclosure* ambiental com a utilização da técnica de análise de conteúdo acredita-se que será

possível conhecer suas aplicações, avaliar os seus resultados e traçar uma estrutura para o desenvolvimento deste trabalho.

### **3.5 Limitações da Pesquisa**

A preocupação principal da pesquisa foi verificar as diferenças e semelhanças na evidenciação do passivo ambiental e demais informações ambientais Demonstrações Contábeis publicadas no Brasil e naquelas publicadas nos Estados Unidos.

A pesquisa restringiu-se somente às Demonstrações Financeiras Padronizadas e Relatórios 20-F referentes aos exercícios de 2002 a 2004.

Apesar de algumas empresas divulgarem através dos Relatórios Ambientais as informações ambientais, entende-se que as Demonstrações Contábeis podem e devem evidenciar as principais informações sobre o assunto, visto que aspectos ambientais podem influenciar aspectos patrimoniais, financeiros e econômicos de uma empresa, como também, a sua continuidade ou não no mercado. Contudo, serão analisadas as Demonstrações Contábeis que compõem os seguintes documentos: Demonstrações Contábeis propriamente ditas (Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos e Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido), Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis, Parecer dos Auditores Independentes e o Relatório da Administração.

## 4 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

### 4.1 Análise comparativa das informações ambientais

Inicialmente a pesquisa obteve os dados a serem analisados, DFP's e Relatórios 20-F, das empresas selecionadas. No total, noventa (90) relatórios de quinze (15) empresas foram analisados.

A Tabela 1 apresenta o número de páginas dos relatórios pesquisados. Apesar de ser uma informação aparentemente irrelevante, pode-se perceber através dela que os relatórios apresentados pela SEC e divulgados nos Estados Unidos, quase em sua totalidade, possuem um número maior de páginas do que aqueles que são divulgados no Brasil pela CVM. O único relatório que pela CVM apresenta mais páginas do que o relatório da SEC é o da Petrobras do ano de 2002.

Tabela 1 - Número de páginas dos relatórios das empresas de 2002 a 2004.

Empresas	2004		2003		2002	
	CVM	SEC	CVM	SEC	CVM	SEC
Ambev	93	257	106	199	55	305
Aracruz Celulose	71	155	63	84	60	82
Braskem	130	352	132	283	114	228
CEMIG	138	243	124	247	104	224
COPEL	158	259	120	253	114	196
Companhia Siderúrgica Nacional	78	134	75	153	76	177
Companhia Vale do Rio Doce	76	193	85	155	60	199
Embraer	93	180	91	175	113	189
Gerdau	71	168	82	189	59	150
Perdigão	60	106	58	111	60	102
Petrobras	242	397	202	272	241	179
SABESP	109	252	92	287	75	316
Sadia	32	152	66	124	40	134
Ultrapar Participações	28	174	49	269	46	168
Votorantim Celulose e Papel	52	153	41	102	62	142

Fonte: Elaborado pela autora.

Na Tabela 2 é comparado o número de palavras evidenciadas nas Demonstrações Contábeis pelas empresas, em relação à preocupação com a questão ambiental. Também se pode comparar o grau de evidenciação entre os

relatórios apresentados à SEC e divulgados nos Estados Unidos com aqueles apresentados à CVM e divulgados no Brasil.

Tabela 2 - Número de palavras evidenciadas nos relatórios de 2002 a 2004.

Empresas	SEC			CVM		
	2004	2003	2002	2004	2003	2002
Ambev	22	31	38	0	0	0
Aracruz Celulose	58	42	43	24	15	23
Braskem	78	75	73	35	33	13
CEMIG	153	162	104	49	26	26
COPEL	49	36	39	82	13	23
Companhia Siderúrgica Nacional	111	93	100	17	12	10
Companhia Vale do Rio Doce	84	77	68	13	15	10
Embraer	12	8	10	5	9	8
Gerdau	36	44	39	11	13	0
Perdigão	22	26	20	6	4	5
Petrobras	166	156	123	119	97	89
SABESP	101	71	77	66	69	34
Sadia	33	22	27	4	4	4
Ultrapar Participações	43	47	47	0	7	7
Votorantim Celulose e Papel S.A.	51	41	36	3	3	17
<b>TOTAL</b>	<b>1019</b>	<b>931</b>	<b>844</b>	<b>434</b>	<b>320</b>	<b>269</b>

Fonte: Elaborado pela autora.

Percebe-se após comparar o grau de evidenciação das informações ambientais que há uma evolução na apresentação dessas informações tanto na SEC como na CVM no período pesquisado.

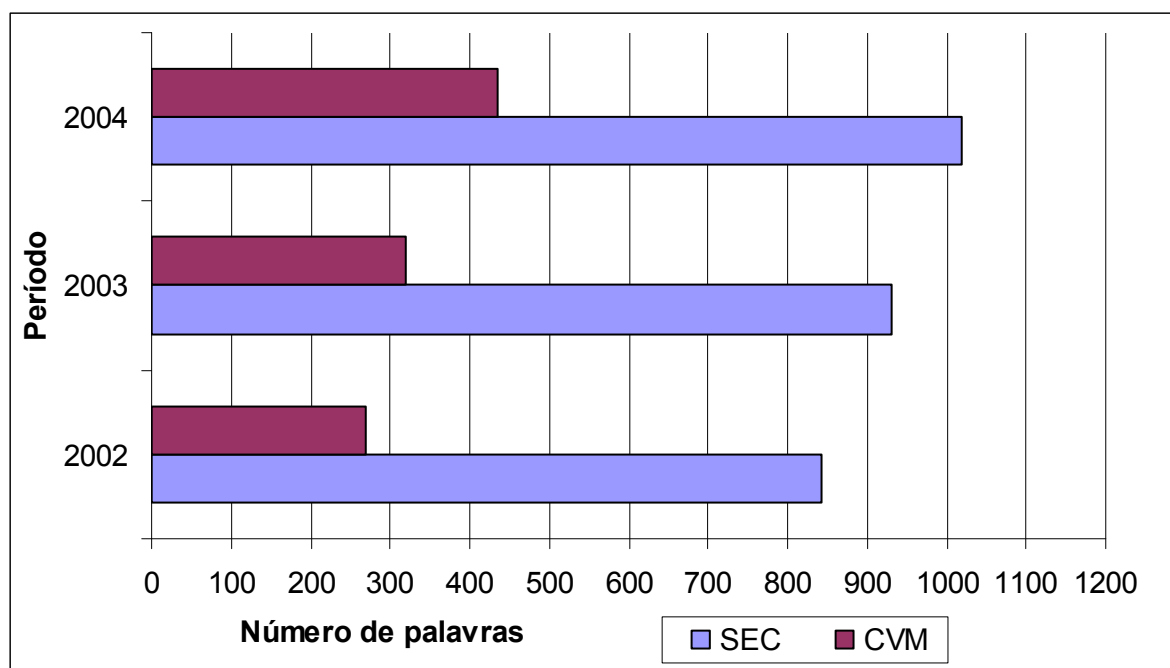


Gráfico 1 – Comparação da evidenciação ambiental no período de 2002 a 2004.

Fonte: Elaborado pela autora.

Verifica-se também uma diversidade no tratamento das questões ambientais nos relatórios financeiros anuais do Brasil e dos Estados Unidos. Os relatórios que seguem as normas da Comissão de Valores Mobiliários dos Estados Unidos evidenciam num grau relativamente maior suas informações ambientais do que os relatórios brasileiros. Isso indica que os relatórios publicados possuem informações diversas, o que dificulta a comparabilidade e a confiabilidade das informações divulgadas. Percebe-se assim, a necessidade de aprofundamento na disponibilização das informações concernentes ao meio ambiente pelas empresas, para que elas gerem informações confiáveis para seus *stakeholders*.

Vale ressaltar que a DFP é elaborada segundo princípios e normas contábeis (BRGAAP) que apenas sugerem a divulgação das informações a respeito do meio ambiente. Já o Relatório 20-F segue o USGAAP que determina a divulgação de riscos ambientais relacionados à operação da empresa e as condições para reconhecimento de passivos e contingências.

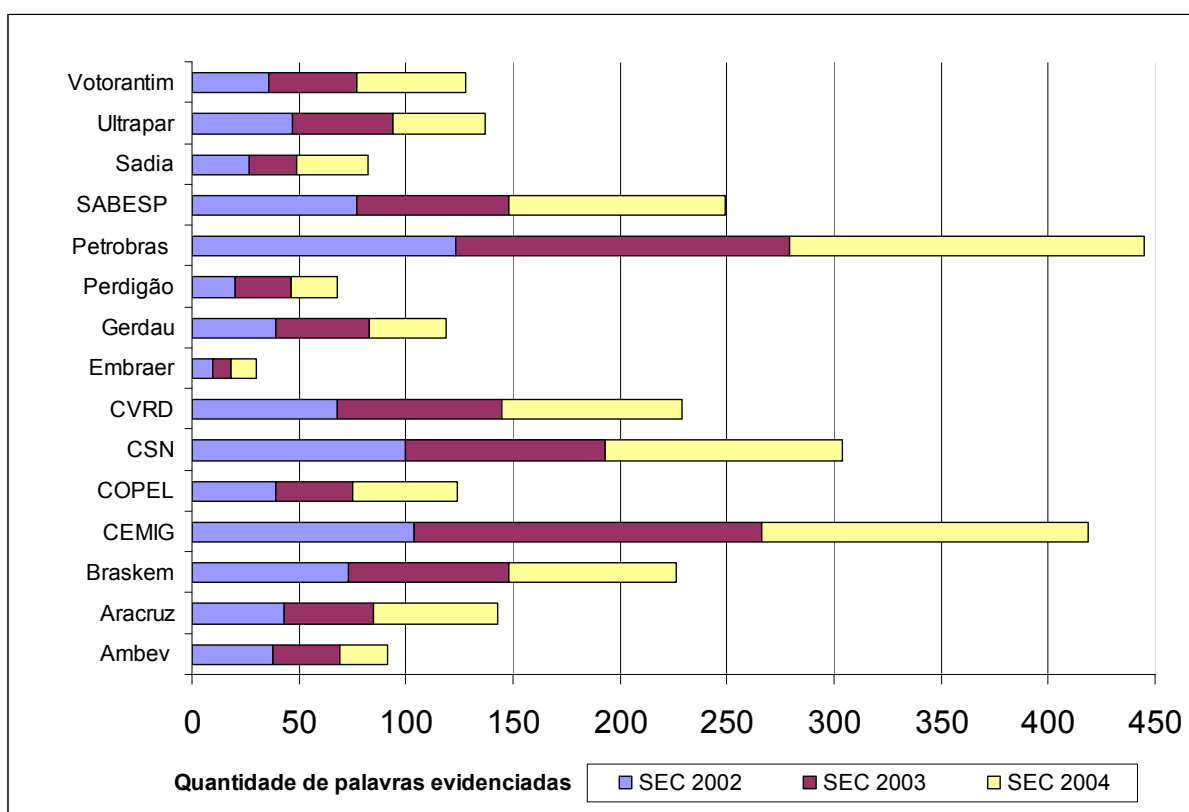


Gráfico 2 – Evidenciação ambiental nos Relatórios 20-F de 2002 a 2004.  
 Fonte: Elaborado pela autora.

Analisando-se a evidenciação das informações ambientais divulgadas nos Relatórios 20-F, nota-se que todas as empresas evidenciaram palavras relacionadas ao meio ambiente nos três anos analisados.

É relevante destacar que em todos os Relatórios 20-F das empresas analisadas foram evidenciadas informações sobre legislação ambiental, conforme pode ser visualizado na Tabela 3.

Tabela 3 – Número médio de palavras evidenciadas nos Relatórios 20-F.

20-F - SEC	Ambev	Aracruz	Braskem	Cemig	Copel	CSN	CVRD	Embraer	Gerdau	Perdigão	Petrobras	Sabesp	Sadia	Ultrapar	Votorantim
Meio Ambiente	11,7	21,3	37,3	65,0	16,0	39,3	29,0	8,3	10,7	6,7	69,7	28,7	10,0	20,7	16,7
Investim.Ambiental	1,0			0,7		2,0	0,3		0,3	3,0	2,0				
Gestão Ambiental	1,7		2,0	4,0	1,3	3,7	2,0		1,3	2,0	5,7	1,3	1,0		
Política Ambiental	1,3	1,0	0,3	6,3	6,0		2,7		0,3	1,0	6,0				1,7
Respons. Ambiental		0,7		1,0		1,3	0,7				5,0	2,0			1,3
Educação Ambiental				0,7			0,7			1,0		0,7	1,3		
Preserv. Ambiental		2,3	1,3	3,3	0,3	1,7	3,3		2,3	1,3	1,3	3,7	0,3	0,7	2,7
Proteção Ambiental	2,3	2,7	6,7	4,3	1,0	9,0	3,0	1,0	1,3		7,3	7,3	1,0	5,3	2,0
ISO 14.001		0,7	5,7	1,7		3,7	2,0		0,3	2,0	1,3		2,3	1,3	2,0
Legislação Ambiental	7,7	9,3	10,7	14,0	9,0	21,7	9,3	1,3	8,0	4,3	21,3	15,7	4,3	11,3	8,0
Desenv. Sustentável		2,7	1,7	1,3	1,0	1,7			1,0		1,3		3,3		2,7
Recurso Natural			2,3	8,0	0,3	0,7	2,7		0,3	0,3	3,7			0,3	1,3
Emissão de Poluente			2,3	2,0		1,7	1,3			0,7	0,7	2,3	1,7		
Impacto Ambiental	1,0	3,0	1,3	19,7	4,3	3,7	5,3		1,3	0,3	8,0	9,0	0,7	1,3	1,0
Risco Ambiental	0,7		0,3	0,3	1,7	0,3		1,0			2,7	0,3	1,0		2,3
Passivo Ambiental						2,7	2,3		6,7		0,7			1,0	
Provisão Ambiental						0,3			1,0			0,7			
Contingên. Ambiental			0,7			1,7			0,3		0,3	0,3			
Custo Ambiental	0,7	0,7	0,3	1,0		5,0	6,0		3,0		3,7	1,7	0,3		
Dano Ambiental	2,3	3,3	2,3	6,3	0,3	1,3	5,7		1,7		7,6	9,3		3,7	1,0
<b>Total</b>	<b>30,4</b>	<b>47,7</b>	<b>75,2</b>	<b>139,6</b>	<b>41,2</b>	<b>101,5</b>	<b>76,3</b>	<b>11,6</b>	<b>39,8</b>	<b>22,6</b>	<b>148,3</b>	<b>83,0</b>	<b>27,2</b>	<b>45,6</b>	<b>42,7</b>

Fonte: Elaborado pela autora.

No que se refere ao passivo ambiental, cinco empresas da amostra evidenciaram a expressão nos Relatórios 20-F. Destas empresas, apenas a Companhia Siderúrgica Nacional, a Companhia Vale do Rio Doce e Gerdau quantificaram monetariamente seus passivos ambientais.

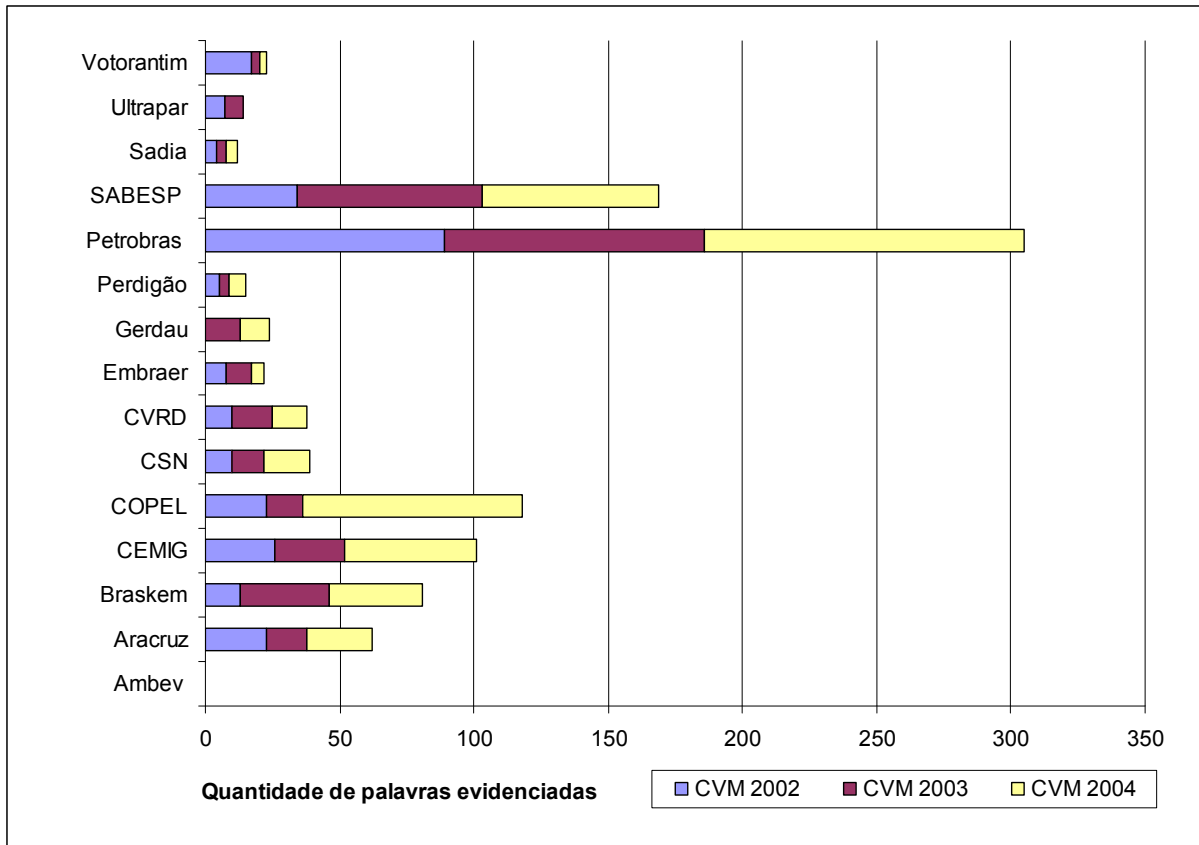


Gráfico 3 – Evidenciação ambiental nas DFP's no período de 2002 a 2004.  
 Fonte: Elaborado pela autora.

Nas Demonstrações Financeiras Padronizadas, a única empresa que não divulgou informações que demonstram alguma preocupação ambiental foi a Ambev. Ao contrário do que se verificou no Relatório 20-F, onde a empresa Ambev evidenciou um número médio de aproximadamente trinta (30) palavras. Apesar disso, durante o período analisado há uma redução da evidenciação ambiental da empresa (de trinta e oito (38) em 2002, para trinta e um (31) em 2003 e vinte e dois (22) em 2004).

Na DFP de 2002 da empresa Gerdau não houve a ocorrência de palavras ambientais, assim como foi o caso da DFP de 2004 da Ultrapar.

As empresas que divulgaram nas DFP's uma maior quantidade de palavras que fazem referência a questão ambiental foram a Petrobras e a Sabesp.

Tabela 4 – Número médio de palavras evidenciadas nas DFP's.

DFP - CVM	Ambev	Aracruz	Braskem	Cemig	Copel	CSN	CVRD	Embraer	Gerdau	Perdigão	Petrobras	Sabesp	Sadia	Ultrapar	Votorantim
Meio Ambiente/Ambiental		11,3	13,3	17,3	17,7	2,3	1,3	3,3	2,7	1,6	56,7	24,0	2,0	1,0	1,3
Investimento Ambiental				1,3		0,7	0,7		1,3	0,7	3,0	0,7	1,0		
Gestão Ambiental		0,7	1,7	2,3	1,3	0,3	1,7	1,0	0,3	0,3	9,7	2,3		1,3	
Política Ambiental				0,7	0,3			0,3			1,7	1,3			
Responsab. Ambiental			0,3	0,7	1,7	0,3			0,7	0,7	4,7	1,3	1,0		
Educação Ambiental		1,0	2,0	2,7	2,7				0,3	0,3	1,7	4,3			2,0
Preservação Ambiental		1,7	0,7		3,7	1,0				0,7	2,7	5,7		0,3	0,3
Proteção Ambiental		0,7	3,3	2,3		0,7		0,3	1,0		1,7	1,3			0,3
ISO 14.001			1,3		0,3	0,7	1,0	1,3	0,3		3,7	1,3		2,0	0,3
Legislação Ambiental					0,7	1,0	1,0		0,3		1,7	0,3			
Desenv. Sustentável		4,0	2,7	3,7	8,0	1,7	0,3	0,7	0,3	0,7	4,3	7,0			3,0
Recurso Natural		1,0	1,0	2,3	1,0	0,3	0,3		0,3		0,7	1,0			0,3
Emissão de Poluente						0,3					2,0	0,7			
Impacto Ambiental		0,3	0,7	0,3	1,3		1,0	0,3	0,3		3,0	2,0			
Risco Ambiental					0,3						1,7	0,7			
Passivo Ambiental						2,3	2,0				0,3	0,3			
Provisão Ambiental							0,7					0,3			
Contingência Ambiental					0,3	0,7									
Custo Ambiental							1,7				0,3	1,0			
Dano Ambiental						0,7	1,0				2,3	0,7			
<b>Total</b>	<b>0,0</b>	<b>20,7</b>	<b>27,0</b>	<b>33,6</b>	<b>39,3</b>	<b>13,0</b>	<b>12,7</b>	<b>7,2</b>	<b>7,8</b>	<b>5,0</b>	<b>101,9</b>	<b>56,2</b>	<b>4,0</b>	<b>4,6</b>	<b>7,5</b>

Fonte: Elaborado pela autora.

As expressões ambientais que têm maior visibilidade nas DFP's das empresas brasileiras que fizeram parte desta pesquisa foram gestão ambiental e desenvolvimento sustentável. Esta questão pode demonstrar que as empresas estão preocupadas e interessadas na melhoria dos aspectos ambientais de suas operações e que estão aptas a adotar novas posturas quanto ao desenvolvimento sustentável.

Assim, divulgaram-se passivos ambientais nas DFP's da Companhia Siderúrgica Nacional, Companhia Vale do Rio Doce, Petrobras e Sabesp. A quantificação monetária desses passivos ocorreu em três empresas, com exceção da Petrobras.

Entre a amostra analisada, a Petrobras foi a que mais evidenciou as informações referentes ao meio ambiente nas DFP's apresentadas à CVM e nos Relatórios 20-F apresentados à SEC no período de 2002 a 2004. A tabela 5 demonstra os resultados da análise de conteúdo na Petrobras.



Tabela 5 – Evidenciação ambiental na Petrobras no período de 2002 a 2004.

EXPRESSÕES/PETROBRAS	2004		2003		2002	
	CVM	SEC	CVM	SEC	CVM	SEC
Meio Ambiente/Ambiental	61	84	60	77	49	48
Investimento Ambiental	5	1	3	2	1	3
Gestão Ambiental	8	6	7	6	14	5
Política Ambiental	4	8	1	3		7
Responsabilidade Ambiental	11		2	7	1	8
Educação Ambiental	1		1		3	
Preservação Ambiental	5	1	1	1	2	2
Proteção Ambiental	1	8	2	8	2	6
ISO 14.001	5	2	2	1	4	1
Legislação Ambiental	2	21	1	22	2	21
Desenvolvimento Sustentável	3	3	6		4	1
Recursos Naturais	2	4		4		3
Emissão de Poluentes	4	1	1		1	1
Impacto Ambiental	3	11	5	8	1	5
Riscos Ambientais	1	2	2	3	2	3
Passivos Ambientais		2			1	
Provisões Ambientais						
Contingências Ambientais		1				
Custos Ambientais		3		5	1	3
Danos Ambientais	3	8	3	9	1	6
<b>Total</b>	<b>119</b>	<b>166</b>	<b>97</b>	<b>156</b>	<b>89</b>	<b>123</b>

Fonte: Elaborado pela autora.

Este estudo não tem a pretensão de explicar por que as empresas brasileiras evidenciam informações ambientais. De qualquer modo, a assimetria encontrada entre os dois mercados parece um tanto questionável. Provavelmente, os usuários de informações dos Estados Unidos são mais ‘sofisticados’ do que os usuários brasileiros. Desta forma, eles provavelmente demandam mais informações para fazer suas decisões de investimentos.

Ao mesmo tempo, as normas da SEC são provavelmente mais rigorosas que as normas da CVM. Ainda, a análise dos dados deste estudo sugere assimetria informacional em relação a evidenciação ambiental. Essa assimetria pode afetar a confiabilidade das informações, o que provavelmente prejudica a decisão dos investidores que se utilizam destes relatórios.

## 4.2 Análise da evidenciação do passivo ambiental

Em relação à questão do passivo ambiental, do total das empresas pesquisadas seis evidenciaram a expressão 'passivos ambientais' em seus relatórios.

Ambev, Aracruz, Braskem, Cemig, Copel, Embraer, Perdigão, Sadia e Votorantim Celulose não evidenciaram 'passivos ambientais' nos relatórios apresentados à CVM e divulgados no Brasil e nem naqueles apresentados à SEC e divulgados nos Estados Unidos, referentes ao período de 2002 a 2004.

No Quadro 6 é possível visualizar as empresas que evidenciam, como também, aquelas que quantificam seus passivos ambientais.

DESCRIÇÃO	Relatórios	Período	Ambev	Aracruz	Braskem	Cemig	Copel	CSN	CVRD	Embraer	Gerdau	Perdigão	Petrobras	Sabesp	Sadia	Ultrapar	Votorantim	
Ocorrência da expressão "passivo ambiental"	SEC	2002						X	X		X						X	
		2003						X	X		X						X	
		2004						X	X		X		X				X	
	CVM	2002						X	X				X					
		2003						X	X									
		2004						X	X					X				
Informações sobre passivo ambiental nas Demonstrações Contábeis propriamente ditas	SEC	2002						X	X		X							
		2003						X	X		X							
		2004						X	X		X							
	CVM	2002						X	X									
		2003						X	X									
		2004						X	X					X				
Ocorrência de quantificação monetária do passivo ambiental	SEC	2002						X	X		X							
		2003						X	X		X							
		2004						X	X		X							
	CVM	2002						X	X									
		2003						X	X									
		2004						X	X					X				

Quadro 6 – Evidenciação dos passivos ambientais.  
Fonte: Elaborado pela autora.

A seguir são apresentadas individualmente as empresas que evidenciaram, de alguma forma, os passivos ambientais em seus relatórios.

a) *Companhia Siderúrgica Nacional*

No Formulário 20-F de 2002 da Companhia Siderúrgica Nacional, encontra-se registrado uma provisão referente ao ano de 2000, no montante de US\$ 14 milhões para passivos ambientais. Tal provisão está relacionada à restauração de minas já fechadas ou que irão fechar nos próximos dois anos.

Em 2003, a companhia registrou no Formulário 20-F suas provisões ambientais, informando compromissos e contingências.

Em 2004, registrou no Formulário 20-F a incorporação de dois passivos ambientais. Um refere-se a minas de carvão do estado de Santa Catarina, que ocorreu devido a uma ação judicial. A empresa estima proceder à recuperação das áreas até 2020, a um custo aproximado de US\$ 6,8 milhões. Outro passivo se deu na compra da ERSA, uma companhia de mineração e fundição de estanho do estado de Rondônia. A antiga proprietária da ERSA comprometeu-se a reembolsar os passivos ambientais gerados antes da data de aquisição.

Nas DFP's divulgadas no Brasil, dos anos de 2002 a 2004, a Companhia Siderúrgica Nacional também evidencia seus passivos ambientais, registrando-os no Balanço Patrimonial, na conta 'Passivo Trabalhista, Cível, Fiscal e Ambiental'. A empresa relata que utilizou várias estimativas e hipóteses para mensuração de seus passivos ambientais.

Tabela 6 – Quantificação monetária do passivo ambiental na DFP (2004) da CSN.

<b>Balanço Patrimonial (Reais mil)</b>	<b>31/12/2004</b>	<b>31/12/2003</b>	<b>31/12/2002</b>
Passivo Trabalhista, Cível, Fiscal e Ambiental	647.051	584.309	122.685

Fonte: DFP de 2004 da Companhia Siderúrgica Nacional.

Embora, a companhia tenha quantificado monetariamente os passivos trabalhistas, cíveis, fiscais e ambientais, não detalhou especificadamente os valores correspondentes ao passivo ambiental. Como no Balanço Patrimonial encontra-se registrado em conjunto com outros passivos, nas Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis deveria estar identificado o valor específico de cada componente da conta.

Vale ressaltar algumas informações relevantes com relação à questão

ambiental, encontradas na DFP de 2004.

---

#### **Relatório Administração – DFP de 2004**

---

O processo produtivo de usinas siderúrgicas gera efluentes e resíduos que representam risco de danos ao meio ambiente. Dessa forma, as atividades das siderúrgicas brasileiras, entre as quais a CSN, estão sujeitas à rígida legislação ambiental federal, estadual e municipal, que controla aspectos como a saúde humana, emissões atmosféricas, efluentes hídricos e a manipulação e destinação de resíduos sólidos.

---

Os recursos aplicados em gestão ambiental em 2004 foram direcionados principalmente para: (1) desenvolvimento dos estudos necessários para licenciamentos ambientais; (2) estudos, medições e obras de remediação de passivos ambientais decorrentes das operações, notadamente do período pré-privatização (tanto em Volta Redonda quanto em Criciúma, Siderópolis, Treviso e Capivari de Baixo, áreas desativadas de mineração de carvão em Santa Catarina); e (3) continuidade das obras e ações previstas no Termo de Compromisso Ambiental do Tecar.

---

#### **Notas Explicativas – DFP 2004**

---

A Companhia possui ainda, provisões para diversos processos referentes a FGTS LC 110, *Drawback*, Adicional de Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM), PIS/COFINS Zona Franca de Manaus, COFINS Lei 10.833/03, PIS Liminar Lei 10.637 e contingências ambientais, cujo montante em 31 de dezembro de 2004 totaliza R\$38.621 (R\$16.784 em 2003), o qual inclui acréscimos legais.

---

Quadro 7 – Informações sobre a questão ambiental na CSN.

Fonte: Elaborado pela autora.

#### *b) Companhia Vale do Rio Doce*

A Companhia Vale do Rio Doce, assim como a Companhia Siderúrgica Nacional, evidenciou seus passivos ambientais tanto nas Demonstrações Contábeis divulgadas no Brasil como nos Estados Unidos.

No Formulário 20-F de 2002, a empresa havia provisionado os passivos ambientais, no montante de US\$ 15 milhões, relativos à recuperação de áreas degradadas nas minas já encerradas ou aquelas que esperam encerrar nos próximos dois anos. A companhia ressalta que utilizou diversos julgamentos e hipóteses quando mensurou o passivo ambiental. Os passivos ambientais em 2003 totalizaram US\$ 81 milhões e em 2004 atingiu o valor de US\$ 134 milhões.

Nas Notas Explicativas das Demonstrações Financeiras Padronizadas, a companhia divulgou e explicou seus passivos ambientais. Em 2002 a provisão para passivos ambientais corresponde ao montante de R\$ 52 milhões (R\$ 66 em 31/12/01), classificada em “Outros” no exigível a longo prazo. Já em 2003, corresponde ao montante de R\$ 232 milhões e em 2004, ao montante de R\$ 255

milhões, classificados em “Provisão para passivos ambientais” no exigível a longo prazo.

DESCRIÇÃO	Relatórios	Ano	Companhia Vale do Rio Doce - CVRD
Informações sobre passivo ambiental nas Demonstrações Financeiras	SEC	2002	Análise das perspectivas operacionais e financeiras e Notas Explicativas
		2003	Análise das perspectivas operacionais e financeiras.
		2004	Análise das perspectivas operacionais e financeiras e Notas Explicativas
	CVM	2002	Balanço Patrimonial
		2003	Balanço Patrimonial
		2004	Balanço Patrimonial
Quantificação monetária do passivo ambiental	SEC	2002	US\$ 15 milhões
		2003	US\$ 81 milhões
		2004	US\$ 134 milhões
	CVM	2002	R\$ 52 milhões
		2003	R\$ 232 milhões
		2004	R\$ 255 milhões

Quadro 8 – Evidenciação do passivo ambiental na CVRD.  
Fonte: Elaborado pela autora.

Nas Demonstrações Financeiras Padronizadas dos três anos analisados, a Companhia Vale do Rio Doce evidenciou os passivos ambientais no Balanço Patrimonial. Nos Relatórios 20-F, o passivo ambiental foi evidenciado na parte do relatório referente à análise das perspectivas operacionais e financeiras e nas notas explicativas. Informações ambientais, como mudança de prática - Provisão Meio Ambiente, também constam na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.

### c) Gerdau S.A

Através da análise feita nos demonstrativos e relatórios da Gerdau S.A, em relação a evidenciação das informações ambientais, foi encontrado no Formulário 20-F ocorrências da expressão ‘passivos ambientais’. A quantificação do passivo ambiental foi encontrada nas Notas Explicativas e registrada no Balanço Patrimonial.

A Gerdau S.A. registrou provisão para potenciais passivos ambientais, nos relatórios apresentados à SEC, no período de 2002 a 2004. A companhia estimou como passivo ambiental em 31 de dezembro de 2002 US\$ 6.3 milhões e um passivo adicional de US\$ 8.6 milhões foi registrado a respeito de certas obrigações ambientais decorrentes da mudança de controle da Co-Steel em certas jurisdições

onde a Co-Steel operava. Assim, em 2002, os passivos ambientais totalizaram US\$ 14.9 milhões. Em 2003, a Gerdau estimou em US\$ 13.6 milhões seus passivos ambientais, registrando-os como 'outros passivos não circulantes'. Já em 2004 o montante foi de US\$ 16 milhões.

Apesar de a Gerdau desenvolver sua atividade, siderurgia, tanto na América do Sul como na América do Norte a companhia apresenta uma incoerência nos relatórios 20-F de 2003 e 2004, especificamente nas notas explicativas. A empresa relata que "não tem conhecimento de custos com remediação ambiental ou passivo em relação às suas operações fora dos Estados Unidos e Canadá".

Questionamentos podem surgir em virtude de tal afirmação. Como exemplo de um possível questionamento, tem-se o seguinte: por que a empresa desconhece a existência de custos e passivos ambientais nos demais países em que opera?

*d) Petrobras*

Na DFP de 2002, foi verificada a ocorrência da expressão 'passivos ambientais', porém nenhum registro ou valor foi informado.

A Petrobras ressaltou no Relatório 20-F de 2004 que entre as principais práticas contábeis tem-se a inclusão das estimativas de obrigações ambientais. Entretanto, o montante destas obrigações aparentemente não foi divulgado.

*e) Sabesp*

A Sabesp relatou na DFP de 2004 no Balanço Patrimonial seus passivos ambientais, informando o montante de R\$ 17.884 mil, R\$ 4.412 mil e R\$ 2.924 mil, correspondendo respectivamente aos anos de 2004, 2003 e 2002.

*f) Ultrapar Participações S.A*

A Ultrapar Participações S.A. apresentou nos Formulários 20-F dos três anos a expressão 'passivos ambientais', entretanto não houve a quantificação. A expressão encontrada referente a passivos ambientais, na Ultrapar Participações S.A., diz respeito ao fato da empresa "Oxiten" (Oxiten S.A Indústria e Comércio)

não possuir passivos ambientais significativos, ou seja, a única ocorrência de passivos ambientais faz referência à empresa não possuí-los.

## 5 CONCLUSÕES

Este estudo procurou abordar a questão ambiental nas empresas que atuam no Brasil e que negociam ações na NYSE, consideradas potencialmente poluidoras do meio ambiente.

Os resultados da pesquisa apontam que houve uma evolução na divulgação das informações ambientais apresentadas pelas empresas, ao longo dos três anos analisados. Os resultados alcançados por este trabalho mostram que o crescimento ocorreu tanto na comissão de valores mobiliários do Brasil quanto na comissão de valores mobiliários dos Estados Unidos.

Com relação às Demonstrações Contábeis anuais, embora possuam certa padronização no que se refere à apresentação geral das informações financeiras, o mesmo parece não ocorrer com o conteúdo das informações do meio ambiente.

Verificou-se uma diversidade no tratamento das questões ambientais nos relatórios financeiros anuais do Brasil e dos Estados Unidos. Os relatórios que seguem as normas da comissão de valores mobiliários dos Estados Unidos evidenciam num grau relativamente maior suas informações ambientais do que os relatórios brasileiros. Isso indica que os relatórios publicados possuem informações diversas, o que dificulta a comparabilidade e a confiabilidade das informações divulgadas. Em alguns casos, pode-se observar assimetria informacional nos relatórios financeiros dos dois países.

Percebe-se assim, a necessidade de aprofundamento na disponibilização das informações concernentes ao meio ambiente pelas empresas, para que elas gerem informações confiáveis para seus *stakeholders*.

A Petrobras foi a empresa que apresentou uma maior quantidade de informações ambientais nas DFP's e nos Relatórios 20-F dos três anos pesquisados.

As informações ambientais foram encontradas principalmente no Relatório da Administração e nas Notas Explicativas. Nas Demonstrações Contábeis propriamente ditas foram evidenciadas informações ambientais no Balanço Patrimonial e na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido. No Brasil, destacam-se as informações ambientais nas Demonstrações Adicionais, Balanço Social e Demonstração do Valor Adicionado, onde também se verificou a incidência das palavras relacionadas ao meio ambiente. Os Balanços Sociais e a



Demonstração do Valor Adicionado são apresentados, na maioria das vezes, nas notas explicativas das empresas.

Em relação à questão do passivo ambiental, das quinze empresas pesquisadas seis evidenciaram a expressão 'passivos ambientais' em seus relatórios.

A Companhia Vale do Rio Doce e a Companhia Siderúrgica Nacional evidenciaram seus passivos ambientais tanto nas Demonstrações Contábeis dos Estados Unidos como naquelas do Brasil.

A Gerdau apresentou apenas seus passivos ambientais nos relatórios sob as normas da SEC, enquanto que a Sabesp ressaltou na DFP de 2004 a quantificação dos passivos ambientais dos anos de 2002, 2003 e 2004.

As empresas, Petrobras e Ultrapar, apesar de terem mencionado os passivos ambientais, aparentemente, não quantificaram.

Os resultados alcançados indicam que apesar das empresas estarem conscientes que suas atividades geram conseqüências ao meio ambiente, estas, na maioria das vezes, não estão quantificando seus passivos ambientais.

Ainda que se tenha analisado apenas um curto período de anos, as conclusões deste estudo levantam questões sobre a credibilidade da evidenciação de informações ambientais pelas empresas brasileiras em ambos os países.

Considerando que as empresas analisadas pertencem a setores de médio e alto potencial poluidor, de acordo com a Lei nº. 10.165/2000, parece um tanto estranho que não tenham informações sobre passivos ambientais para evidenciar. Vale mencionar que a análise deste estudo é restrita. De qualquer modo, as conclusões trazem novas questões sobre a evidenciação das empresas e ao mesmo tempo abre novas oportunidades para outros pesquisadores interessados em empresas de países em desenvolvimento, mercados e investidores 'não sofisticados'.

As empresas que utilizam as Demonstrações Contábeis, os Relatórios de Sustentabilidade, os Balanços Sociais e a Demonstração do Valor Adicionado como meros instrumentos de promoção e marketing podem estar aumentando o risco para seus acionistas, para a sociedade e para elas mesmas. Um dos problemas das empresas que atuam no Brasil é a tendência de só publicarem dados positivos, diferente do que invariavelmente acontece no exterior que normalmente divulgam

percentuais de redução da emissão de carbono ou tecnologias para o tratamento dos resíduos sólidos.

Este estudo pretende contribuir com o conhecimento científico da contabilidade mostrando evidências de empresas que ainda não estão sendo responsáveis quanto aos danos ambientais. Se a contabilidade é a 'linguagem dos negócios' e a preservação ambiental é necessária para a sobrevivência do ser humano na Terra, então as organizações têm que ser responsáveis por seus atos. Deste modo, os relatórios financeiros são um modo de comunicar estas informações. Sabe-se, apesar de tudo, que a destruição ambiental não desaparece porque 'grandes' empresas não as evidenciam.

## REFERÊNCIAS

AMBEV – COMPANHIA DE BEBIDAS DAS AMÉRICAS. Disponível em: <<http://www.ambev-ir.com>>. Acesso em: 18 jan. 2006.

ARACRUZ CELULOSE S.A. Disponível em: <<http://www.aracruz.com.br>>. Acesso em: 18 jan. 2006.

BALL, R.; BROWN, J. An empirical evaluation of accounting income numbers. **Journal of Accounting Research**. v.6, p.159-178, 1968.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 3. ed. Lisboa: Edições 70, 2004.

BEAVER, W. The information content of earnings announcements empirical research in accounting: selected studies. **Journal of Accounting Research**. v.6, p.67-92, 1968.

BEAVER, W. **Financial Reporting**: an accounting revolution. Third Edition. Prentice Hall. New Jersey, 1998.

BEUREN, Ilse Maria; RAUPP, Fabiano Maury. **Metodologia da pesquisa aplicável às ciências sociais**. In: Beurer (org). Como elaborar trabalhos monográficos em Contabilidade. São Paulo: Atlas, 2003.

BORBA, José Alonso; NAZÁRIO, Leslie. Contabilidade ambiental: a preocupação empresarial com o meio ambiente através da evidenciação da terminologia comumente empregada nas demonstrações contábeis publicadas no Brasil. In: ENANPAD, 27., 2003, Atibaia. **Anais...** São Paulo: ANPAD, 2003. 1, CD-ROM

BRASKEM S.A. Disponível em: <<http://www.braskem.com.br>>. Acesso em: 19 jan. 2006.

CAMPBELL, D. A longitudinal and cross-sectional analysis of environmental disclosure in UK companies: a research note. **The British Accounting Review**. v. 36, p.107-117, 2004.

CEMIG – COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS. Disponível em: <<http://www.cemig.com.br>>. Acesso em: 20 jan. 2006.

CHIANG, C; LIGHTBODY, C. Financial auditors and environmental auditing in New Zeland. **Managerial Auditing Journal**. V.19, n.2, p.224-234, 2004.

COPEL – COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA. Disponível em: <<http://www.copel.com>>. Acesso em: 21 jan. 2006.

CORMIER, D; MAGNAN, M. Does disclosure matter? **CPA Magazine**. v.136, n.4, P.43-45 2003.

CSN – COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL. Disponível em: <<http://www.csn.com.br>>. Acesso em: 21 jan. 2006.

CVM – COMISSÃO VALORES MOBILIÁRIOS. Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br/>> Acesso em: 10 jan. 2006.

DEAGAN, C; The legitimizing effect of social and environmental disclosures – a theoretical foundation. **Accounting, Auditing and Accountability Journal**. v.15, n.3, p.281-311, 2002.

DEAGAN, C; RANKIN, M; TOBIN, J. An examination of the corporate social and environmental disclosures of BHP from 1983-1997. **Accounting, Auditing and Accountability Journal**. v.15, n.3, p.312-343, 2002.

DIONNE, G; SPAETER, S. Environmental risk and extended liability: the case of green technologies. **Journal of Public Economics**. v.87, p.1025-1060, 2003.

EMBRAER – EMPRESA BRASILEIRA DE AERONÁUTICA S.A.. Disponível em: <<http://www.embraer.com.br>>. Acesso em: 21 jan. 2006.

EPSTEIN, M. Measuring corporate environmental performance. **The IMA Foundation of Applied Research**, New Jersey, 1996.

EYNON, G; STEVENS, K. Instructional case: ethical dilemmas in reporting environmental liabilities. **Issues in Accounting Education**. v.11, n.2, 1996.

EVERETT, J. Exploring (false) dualisms for environmental accounting praxis. **Critical Perspectives on Accounting**. v. 10, p. 1-24, 2003.

FERREIRA, Aracéli Cristina de Sousa. **Contabilidade ambiental: uma informação para o desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Atlas, 2003.

FREEDMAN, M; STAGLIANO, A. Environmental disclosure by companies involved in initial public offering. **Accounting, Auditing and Accountability Journal**. v.15, n.1, p.94-105, 2002.

GERDAU S.A. Disponível em: <<http://www.gerdau.com.br>>. Acesso em: 19 jan. 2006.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GRAY, Rob; BEBBINGTON, Jan; OWEN, David. **Seeing the wood for the trees: Taking the pulse of social and environmental accounting**. 1999, pp.47-51.

HENDRIKSEN, Eldon S.; VAN BREDA, Michael F. **Teoria da Contabilidade**. Tradução de Antonio Zoratto Sanvicente. São Paulo: Atlas, 1999.

HERBOHN, K. A full cost environmental accounting experiment. **Accounting, Organization and Society**. v. 30, p.519-536, 2005.

HUGHES, J. Discussion of "Corporate disclosure of environmental liability information: theory and evidence!" **Contemporary Accounting Research**. v. 14, n.3, p.475-480, 1997.

IBRACON. **NPA 11 – Normas e Procedimentos de Auditoria – Balanço e Ecologia**. São Paulo: Ibracon, 2000.

KOKUBU, K.; KURASAKA, T. Corporate environmental accounting: a Japanese perspective. **Environmental Management Accounting: Information and Institutional Development**. Kluwer Academic Publishers. p. 1-18, 2002.

LUDEVID, Manuel. **La gestión ambiental de la empresa**. Barcelona: Ariel, 2000.

MONTEIRO, Paulo Roberto Anderson. **A aplicação do modelo do ISAR nas Demonstrações Contábeis**: uma análise das DFP's e dos Relatórios 20-F das S.A. brasileiras emissoras de ADR's referentes ao exercício social de 2003. 2006. 156p. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) Programa de Mestrado em Ciências Contábeis, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2006.

NISKALA, M; PRETES, M. Environmental reporting in Finland: a note on the use of annual reports. **Accounting, Organization and Society**. v. 20, n.6, p.457-466, 1995.

NOSSA, Valcemiro. **Disclosure ambiental**: uma análise do conteúdo dos relatórios ambientais de empresas do setor de papel e celulose em nível internacional. 2002. 246 p. Tese (Doutorado em Controladoria e Contabilidade) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2002.

NOSSA, Valcemiro; CARVALHO, Luiz Nelson Guedes de. *Uma análise do conteúdo do disclosure ambiental de empresas do setor de papel e celulose em nível internacional In: ENANPAD, 27., 2003, Atibaia. Anais... São Paulo: ANPAD, 2003. 1, CD-ROM*

NYSE – NEW YORK STOCK EXCHANGE. Disponível em: <<http://www.nyse.com/>>. Acesso em: 10 jan. 2006.

PAIVA, Paulo Roberto de. **Evidenciação de gastos ambientais**: uma pesquisa exploratória no setor de celulose e papel. 2001. 161 p. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2001.

PERDIGÃO S.A. Disponível em: <<http://www.perdigão.com.br>>. Acesso em: 20 jan. 2006.

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. Disponível em: <<http://www.petrobras.com.br>>. Acesso em: 20 jan. 2006.

RAHAMAN J. et al. Social and environmental reporting at the VRA: institutionalized legitimacy or legitimization crisis? **Critical Perspectives on Accounting**. v. 14, p. 35-56, 2004.

RIBEIRO, Maisa de Souza; LISBOA, Lázaro Plácido. **Passivo ambiental**. Brasília: Revista Brasileira de Contabilidade Suplemento Especial. XVI Congresso Brasileiro de Contabilidade, Goiânia, Ano XXIX, nº 126, nov/dez 2000.

RIBEIRO, Maisa de Souza. **Contabilidade ambiental**. São Paulo: Saraiva, 2005.

RIBEIRO, Maisa de Souza; SOUZA, Ana Lucia Bertoli de. Passivo ambiental: estudo de caso da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobrás. A repercussão ambiental dos acidentes ocorridos nas Demonstrações Contábeis. In: *ENANPAD, 27. 2003, Atibaia. Anais...* São Paulo: ANPAD, 2003. 1, CD-ROM.

ROVER, Suliani; BORBA, José Alonso; ALVES, Jorge Luiz. Análise do Conteúdo Ambiental das Demonstrações Contábeis Publicadas no Brasil e nos Estados Unidos: Um Estudo de Caso nas Companhias com ADR nível III. In: Congresso USP de Iniciação Científica em Contabilidade, 2, 2005, São Paulo. *Anais...* São Paulo: 2º Congresso USP de Iniciação Científica em Contabilidade, 2005.

\_\_\_\_\_. A Evidenciação do Passivo Ambiental: Quantificando o Desconhecido. In: 2º Congresso USP de Iniciação Científica em Contabilidade, 2005, São Paulo. *Anais...* São Paulo: Congresso USP de Iniciação Científica em Contabilidade, 2, 2005.

SÁ, Antônio Lopes de. **Teoria da Contabilidade**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

SABESP S.A. – COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Disponível em: <<http://www.sabesp.com.br>>. Acesso em: 19 jan. 2006.

SADIA S.A. Disponível em: <<http://www.sadia.com.br>>. Acesso em: 20 jan. 2006.

SILVA, Antônio Carlos R. da. **Metodologia da pesquisa aplicada à Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2003.

SOLOMON, J; SOLOMON, A. Corporate governance and Accountability. **Wiley**, 2004.

TAPSCOTT, Don; TICOLL, David. **A empresa transparente: como a era da transparência revolucionará os negócios**. São Paulo: M. Books, 2005.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio; KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira. **Contabilidade e gestão ambiental**. São Paulo: Atlas, 2004. 303 p.

THOMPSON, P; COWTON, C. Bringing the environment into bank leading: implications for environmental reporting. **The British Accounting Review**. Article in the press, 2004.

ULTRAPAR PARTICIPAÇÕES S.A. Disponível em: <<http://www.ultra.com.br>>. Acesso em: 12 fev 2006.

UNCTAD/ISAR – United Nations Conference on Trade and Development/Intergovernmental Working Group of Experts on International Standards of Accounting and Reporting. **Environmental financial accounting and reporting at the corporate level**. Geneva: United Nations, 1997. Disponível em: <<http://www.unctad.org/en/docs/c2isard2.en.pdf>>. Acesso em: 15 ago 2005.

VALE DO RIO DOCE – COMPANHIA VALE DO RIO DOCE. Disponível em: <<http://www.cvrd.com.br>>. Acesso em: 20 jan. 2006.

VILLIERS, C; STADEN, C. Can less environmental disclosure have a legitimizing effect? Evidences from Africa. **Accounting, Organization and Society**. Article in the press – 2006.

VOTORANTIM PAPEL E CELULOSE. Disponível em: <<http://www.vcp.com.br>>. Acesso em: 20 jan. 2006.